



Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia

ISSN: 1415-0549

revistadafamecos@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Brasil

Marques de Melo, José
Jornalismo Político: Democracia, Cidadania, Anomia
Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, núm. 35, abril, 2008, pp. 90-94
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495550191012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Jornalismo Político: Democracia, Cidadania, Anomia*

RESUMO

Ancorado na metáfora de que jornalismo e democracia são irmãos siameses, o autor argumenta que o jornalismo tem natureza essencialmente política. Não obstante, a cobertura dos assuntos referentes à gestão do Estado converteu-se em categoria jornalística, configurando uma editoria específica, em espaços e circunstâncias determinados. Seu foco de análise nesta comunicação é o jornalismo político brasileiro, cujo perfil foi esboçado a partir da literatura existente e cujos impasses são debatidos no marco da democracia representativa vigente.

PALAVRAS-CHAVE

jornalismo
jornalismo político
liberdade de imprensa

ABSTRACT

Journalism and democracy are twin brothers: this is the metaphor used by the author in order to argue that the journalism nature is deeply political. Nevertheless, the coverage of public affairs was converted into journalism category, becoming a specialized section in the print press. This article focus is the political journalism practiced in Brazil, which profile was build from the concepts and tools shared by reporters in action and which challenges are discussed on the framework of the representative democracy.

KEY WORDS

Journalism
political journalism
press freedom

O direito de informar e de receber informação constitui o fermento da cidadania, o oxigênio que nutre a vida democrática, convertendo o jornalismo e a democracia em irmãos siameses.

Figurando na História da Humanidade como inovação que alterou profundamente a marcha civilizatória, a Imprensa instaurou a cidadania e criou condições indispensáveis para emergência das sociedades democráticas.

Mas estas somente logram aperfeiçoamento e consolidação na medida em que são capazes de garantir o regime da liberdade de imprensa, cuja proteção inviabilizou o concomitante exercício do jornalismo.

Quem melhor sintetizou o impacto sócio-político da imprensa foi o comunicólogo canadense Marshall McLuhan em seu livro *A Galáxia de Gutenberg* (McLuhan, 1972), apontando três efeitos produzidos pela cultura tipográfica:

- Individualismo - libertando os componentes da tribo e convertendo-os em cidadãos capazes de constituir comunidades autônomas.
- Nacionalismo - sedimentando as línguas escritas, através da literatura, e fomentando o sentimento nacional, capaz de gerar Estados independentes.
- Espírito de crítica - estimulando a reflexão privada, através da leitura silenciosa, capaz de produzir sentidos estereotipados que convergem para a formação da opinião pública.

Por isso mesmo, a imprensa atemorizou os “donos do poder”, tanto civil quanto eclesiástico, motivando o advento do regime da censura prévia que durou quase 3 séculos, inibiu o jornalismo e consequentemente retardou a participação política.

A batalha pela liberdade de imprensa só alcançaria repercussão em meados do século XVII, quando Milton lança sua *Aeropagítica*. É, contudo, no bojo das democracias construídas pela Revolução Norte-Americana (1776) e pela Revolução Francesa (1789) que a liberdade de imprensa ganha legitimidade política, ensejando modelos que se reproduziriam em várias partes do mundo.

Nessa conjuntura, o jornalismo torna-se o locus privilegiado da atividade política, galvanizando a “irresistível corrente da opinião pública”, pois representava “aquela assembléia de cidadãos que se reunia na *ágora* ateniense ou no *forum* romano” (Sobrinho, 1923, p. 17). Não demorou a se configurar o período em que os jornais se tornariam tribunas partidárias ou porta-vozes de correntes políticas.

Mas na medida em que a sociedade adquire maior

José Marques de Melo

Universidade Metodista de São Paulo
marquesmelo@uol.com.br

complexidade, o jornalismo deixa de gravitar exclusivamente em torno da órbita política, correspondendo a outras demandas sociais. A prevalência dos temas econômicos e o crescente interesse pelas questões culturais, bem como a massificação dos esportes acabam por gerar aspirações informativas diferenciadas.

Foi inevitável a conversão da política em rubrica ou editoria dos jornais e periódicos.

Jornalismo político

A emergência do jornalismo político como categoria espacial/ocupacional, ou seja, território demarcado na morfologia dos jornais/revistas (impressos ou eletrônicos), esnecendo rotinas produtivas específicas, não constitui fenômeno generalizado no atlas do jornalismo contemporâneo. Sua intensidade é maior em sociedades onde a democracia representativa ainda está em fase de sedimentação; residual ou nula nas democracias consolidadas.

Revisando, por exemplo, as fontes de referência taxonomicamente legitimadas em países como a França e os Estados Unidos da América, verificamos que se trata de categoria ausente. Kayser (Kayser, 1962) descreve a morfologia do “diário francês” de modo a sugerir que a política perpassa toda a agenda jornalística, estruturada segundo critérios geopolíticos. Essa orientação permanece vigente, como se pode deduzir do inventários feitos por Balle (Balle, 1997 e 1998). Tendência idêntica transparece na bibliografia norte-americana: Hohenberg (Hohenberg, 1963), Hynds (Hynds, 1977) e Ferguson, Patten & Wilson (Ferguson, Patten & Wilson, 1997).

Na medida em que a sociedade adquire maior complexidade, o jornalismo deixa de gravitar exclusivamente em torno da órbita política, correspondendo a outras demandas sociais.

O panorama é outro quando enveredamos pela bibliografia espanhola ou brasileira, cujas democracias são recentes e cujos jornais segmentam e dão tratamento privilegiado à política, entendida como gestão do Estado.

Martinez de Sousa (Martinez de Sousa, 1981, p. 418-419) define tal espaço como “seção” dos jornais onde estão reunidas as notícias de “matiz político” (governo, parlamento etc) e Muñoz-Alonso (Muñoz-Alonso, 1995, 71-138) adverte os jornalistas que cobrem o parlamento sobre as “transformações” dessa instituição e seu futuro na “democracia de partidos”, como é caso da espanhola.

Focalizando a situação brasileira, Nabantino Ramos (Ramos 1970, p. 188-189) explica que “a seção de Política registra as atividades desse gênero no âmbito federal, estadual e municipal, acompanhando de perto a marcha dos acontecimentos, a vida partidária, o trabalho dos corpos legislativos e os atos da administração pública que tenham implicações políticas”.

Essa abrangência é confirmada por Beltrão (Beltrão, 1969) e Erbolato (Erbolato, 1981), cujos manuais de jornalismo desvendam a cartografia a ser palmilhada pelos repórteres e apontam as estratégias para uso dos editores.

Beltrão faz a demarcação precisa do território, denotando a sua frutífera experiência como repórter parlamentar:

A reportagem política – a que está indissoluvelmente ligada a ação administrativa do poder público – é considerada como um serviço de orientação e informação fundamental para a imprensa, desde que diz respeito aos interesses transcendentais do Estado. Ao contrário dos demais setores, que se dirigem a um público mais ou menos limitado, o da informação político-administrativa interessa tanto aos políticos e homens de governo como às classes produtoras e trabalhadoras, aos profissionais liberais, aos intelectuais e artistas, aos universitários, enfim a todos os homens e mulheres cujo sistema de vida depende, naturalmente, das linhas traçadas pela política do Governo (Beltrão, 1969, p. 293-294).

A seguir, mapeia os seus campos de atuação:

- a. organismos oficiais – compreende as três esferas da gestão estatal: da Presidência da República aos Governos Estaduais e Municipais, incluindo os respectivos ministérios, secretarias e departamentos.
- b. organismos eleitorais – complexo formado pela Justiça Eleitoral, que assegura a participação popular na escolha dos mandatários constitucionais.
- c. organismos partidários – conjunto dos partidos políticos e outras agremiações que dão sentido à representação democrática.
- d. organismos administrativos – serviço público em geral, desde os órgãos da administração direta, às autarquias, empresas estatais, das forças armadas ao funcionalismo civil.

Erbolato, por sua vez, sintetiza o sentido atribuído à política nesse tipo de jornalismo: “...considera-se política a direção dos negócios públicos, a arte de governar os povos ou conjuntos de planos de ação” (Erbolato, 1981, p. 148). Contemporaneamente, o jornalismo político assumiu a identidade de “especialização” profissional,

requerendo “menos um saber técnico (...) e mais um saber plural”, ou melhor o conhecimento da “história do país (da mais remota à atual) e a do mundo” (Seabra, 2006, p. 111).

A cobertura específica de acontecimentos parlamentares, no Brasil, remonta aos anos 20, do século passado, como bem o demonstrou Barbosa Lima Sobrinho, o mais antigo repórter da área, cuja experiência motivou a produção da obra paradigmática *O problema da imprensa* (Sobrinho, 1923).

Mas sua configuração corporativa se daria efetivamente no pós-guerra. O jornalismo político brasileiro “nasceu junto com a redemocratização pós-Estado Novo”, informando os leitores dos jornais sobre o cotidiano do Congresso Nacional – “os debates, as votações, os projetos”. A legitimação nacional só ocorreu quando alcançou e incluiu o grande público através das páginas da “maior revista do país, *O Cruzeiro*, que em meados de 1950 abre suas páginas para as análises políticas de Carlos Castelo Branco, o Castelinho, apontado por todos os jornalistas como o maior repórter político brasileiro de todos os tempos” (Seabra, 2006, p. 128).

Se examinarmos a presença quantitativa do noticiário político na superfície impressa dos jornais diários brasileiros, encontraremos uma curva decrescente, refletindo aliás tendência mundial.

Tomando como referência os estudos de jornalismo comparado que temos promovido, há pelo menos 40 anos, vamos observar que, na década de 60, alcançamos um patamar da ordem de 14%, que se reduziu para 10% nos anos 70, estacionando em 7,5% no final do século (Melo, 1970, 1976, 1998)

Do ponto de vista qualitativo, a grande mudança ocorreu no plano editorial. O jornalismo político deixou de ser engajado para assumir uma postura isenta. Como explica Franklin Martins, “a maior preocupação da cobertura é informar o leitor, e não convencê-lo a adotar determinadas idéias”. Para melhor entender essa tese, vale a pena reproduzir sua argumentação.

Uma breve comparação entre as manchetes dos principais jornais brasileiros nas eleições presidenciais de 1950, em que Getúlio Vargas derrotou o Brigadeiro Eduardo Gomes, (...), e no segundo turno da disputa em 2002, em que Luis Inácio Lula da Silva (...) venceu José Serra (...), dá conta dessa profunda transformação. (...) Vejamos as manchetes de 1950 (...) (*quando*) os jornais não tinham qualquer preocupação com a isenção na cobertura.

De modo geral, o tom das primeiras páginas era de franco engajamento eleitoral. (...) Vejamos agora as manchetes (...) nas eleições de 2002 (...) O tom é praticamente neutro. Mesmo antes de abertas as urnas as manchetes já davam conta da vitória de Lula... (...) Pelas manchetes, não dava para saber com certeza se este ou aquele jornal preferia a vitória

de Lula ou torcia pelo triunfo de Serra. (...) O contraste com 1950 é nítido. E ilustra as enormes transformações por que passou a imprensa brasileira e, em especial, a cobertura política nos últimos cinquenta e poucos anos (Martins, 2005, p. 13-18).

Essa mudança acarretou uma brusca alteração na conduta dos profissionais. O depoimento do repórter Álvaro Pereira pode ser elucidativo. “Aprendi, (...) acima de tudo, a ser extremamente rigoroso na apuração dos fatos.

Não importa a origem dos personagens envolvidos: se eles são de esquerda ou de direita, militares ou civis, governistas ou oposicionistas... O único compromisso do repórter é com a verdade.

Daí a importância de se abordar os fatos com a maior isenção” (Pereira, 2006, p. 96). Tais mutações continuam acontecendo, motivadas por “dois processos de transformações, ligados de modo estreito” (Martins, 2005, p. 18):

1. a modernização, profissionalização e concentração das empresas jornalísticas, elevando os custos de produção industrial;
2. a evolução do perfil do usuário, que se tornou mais exigente, não aceitando informação superficial, descontextualizada ou enganada.

Colocada contra a parede, a mídia brasileira adotou uma estratégia de sobrevivência, que teve profundo impacto na “alma e na cara” (Martins, 2005, p.19).

Na alma: deixando claro para o usuário que vende “informação, e não opinião embrulhada em notícia”, o que impôs a necessidade de isenção na cobertura jornalística. Na cara: passando a cobrir áreas antes desprezadas, o que significa a adoção de uma política de serviço, sintonizada com as aspirações da audiência.

Ao se fazer um balanço do percurso de nosso jornalismo político, avulta o desafio colocado aos profissionais da área:

Hoje, a popularização de novos meios eletrônicos de comunicação (especialmente a internet e o telefone celular) vem promovendo novas transformações no jornalismo político. Os *blogs* e *sites* de notícias nos fazem lembrar a imprensa brasileira em seus primórdios, quando uma profusão de folhas alimentava o debate político e desancava a segurança dos poderosos (Seabra 2006, p. 130).

No bojo desse ambiente de conturbação surge o impasse com que se defrontam os profissionais da área: “Aderir ao modelo tornou-se tarefa mais arriscada, mas nem por isso afastada. Denunciar o modelo, sim, deve ser uma tarefa permanente. Mas este papel, hoje, não cabe apenas ao jornalismo” (Seabra 2006, p. 130).

Descrença na democracia

A consequência evidente dessa vigilância coletiva a que se lançam as vanguardas politizadas é a de enfraquecer a democracia representativa, gerando descrença, ceticismo, pessimismo, caldo de cultura adequado para suscitar um ambiente de perigosa anomia¹ política.

Não é sem razão que ecoam vozes de perplexidade frente à situação, difundidas pelo contingente de jornalistas políticos que cruzaram a fronteira do jornalismo e da política, a exemplo da jornalista recentemente nomeada para presidir nossa futura TV Brasil:

Os *blogs* vieram para ficar, são um espaço alternativo importante e alguns são feitos com grande profissionalismo... (...) Mas quando eles apenas abrigam a estridência e o proselitismo político dos seus patrocinadores, que nem sempre são jornalistas, trazem um desafio para o jornalismo profissional, inclusive o de opinião: o de provar que suas técnicas e seus valores éticos são superiores; (...) A chamada “blogosfera” se apropria de todo o material que foi checado, escrito ou editado, produzido e veiculado, pelo conjunto dos meios de comunicação (com custos para as empresas, inclusive). E a partir dele, produz o que não passa de opinião privada publicada, não raro distorcendo os fatos. E com a internet, esta opinião circula quase de graça. A estridência dos *blogs* ganha força sobretudo em momentos de grande dramaticidade, política ou não. Podem afagar a opinião pública quando ela está os nervos sensíveis, mas, pode vir a representar também uma ameaça ao direito coletivo à boa informação (Cruvinel, 2006, p. 232-233).

Mas o clamor procede também dos representantes da sociedade política, como é o caso do sociólogo ex-presidente do Brasil, que comparece regularmente às páginas de opinião da imprensa diária:

Vivemos um paradoxo: o de uma sociedade cada vez mais vigiada (pelos órgãos do Estado, pela mídia, pela internet etc.) e cada vez menos capaz de distinguir condutas e de punir crimes. Pior, o de uma sociedade cada vez mais indiferente à transgressão, como consequência da impunidade (Cardoso, 2008).

Que fazer? Resistir? Desistir? Prosseguir? Prefiro a exortação do poeta: Debater é preciso! ■FAMECOS

NOTAS

- * Contribuição ao colóquio sobre “Jornalismo e Democracia Representativa”, promovido durante as III Jornadas Internacionais de Jornalismo, realizadas no dia 14 de Março de 2008 - Universidade Fernando Pessoa, Porto - Portugal.

1. Historicamente, anomia significa “ausência de normas ou de leis”, mas contemporaneamente representa “atitudes de contestação”. Segundo Birou, tanto pode catalisar inovações ou reformismo, quanto incluir formas de contestação anárquica ou de “não-conformismo apático” (Birou, 1973, p. 33).

REFERÊNCIAS

- BALLE, Francis. *Médias et Société*, Paris, Montchrestien, 1997.
- _____. *Dictionnaire des Médias*, Paris, Larousse, 1998.
- BELTRÃO, Luiz. *A imprensa informativa*, São Paulo, Folco Masucci, 1969.
- BIROU, A. *Dicionário de Ciências Sociais*, Lisboa, Quixote, 1973.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Vigiar sem punir, O Estado de S. Paulo*, p. 2, São Paulo, 2/3/08. 2008.
- CRUVINEL, Tereza. *Colunismo: análise, opinião e ética*, In: Seabra & Souza - *Jornalismo político – teoria, história e técnicas*, Rio, Record, p. 211-234, 2006.
- ERBOLATO, Mário. *Jornalismo especializado*, São Paulo, Alas, 1981.
- FERGUSON, PATTEN & WILSON. *Journalsim Today*, Illinois, NTC, 1997.
- HYNDS, Ernest. *Periodismo Norteamericano Hoy*, Mexico, Editores Asociados, 1977.
- KAYSER, Jacques. *Le Quotidien Français*, Paris, FNSP, 1962.
- MACDOUGALL, Curtis. *Newsroom problems and policies*, New York, Dover, 1963.
- MARTINEZ de Sousa, José. *Diccionario general de periodismo*, Madrid, Paraninfo, 1981.
- MARTINS, Franklin. *Jornalismo político*, São Paulo, Contexto, 2005.
- MCLUHAN, Marshall. *Galáxia de Gutenberg*, São Paulo, Nacional, 1972.
- MELO, José Marques. *Comunicação Social: Teoria e Pesquisa*, Petrópolis, Vozes, 1970.
- _____. *Estudos de Jornalismo Comparado*, São Paulo, Pioneira, 1972.
- _____. *Identidade da imprensa brasileira no final de século*, S. B.

Do Campo, Metodista, 1998.

____. *Subdesenvolvimento, Urbanização e Comunicação*, Petrópolis, Vozes, 1976.

PEREIRA, Álvaro. Jornalismo político contemporâneo, In: SEABRA & SOUZA - *Jornalismo político – teoria, história e técnicas*, Rio, Record, p. 87-108, 2006.

RAMOS, José Nabantino. *Jornalismo, dicionário enciclopédico*, São Paulo, Ibrasa, 1970.

SEABRA, & SOUSA. (Org.). *Jornalismo político – teoria, história e técnicas*. Rio, Record, 2006.

SEABRA, Roberto. Jornalismo político: história em processo, In: SEABRA & SOUZA: *Jornalismo político – teoria, história e técnicas*, Rio, Record, p. 87-108, 2006.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *O problema da imprensa*, Rio, José Álvaro Editor, 1923.